



CLIPPING INTERNET
23/08/2019 ATÉ 23/08/2019



INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
	2.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	4
	3.2 BLOG DO ACÉLIO.....	5
	3.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6
	3.4 BLOG JORGE ARAGÃO.....	7
	3.5 SITE INOTÍCIA - MA.....	8
	3.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG DO LINHARES.....	10
	4.2 BLOG DO NETO FERREIRA	11
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	12
	5.2 BLOG JEISAEL.COM.....	13
	5.3 BLOG O INFORMANTE.....	14
	5.4 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	15
	5.5 SITE MA 10.....	16
6	POSSE	
	6.1 SITE NOCA.....	17
7	SINDJUS	
	7.1 SITE SINDJUS.....	18 19

TJ-MA mantém cassação do prefeito de Buriticupu

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jaime Ferreira de Araújo, indeferiu a liminar e manteve a cassação do prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues.

O gestor tinha sido afastado por determinação do juiz da 1ª Vara da Comarca de Buriticupu, Raphael Leite Guedes, que o condenou por fraudes em licitações de empresas para prestação de serviços de locação de veículos.

Para tentar voltar ao cargo, Rodrigues protocolou um pedido de tutela de provisória no TJMA, mas que foi indeferida pelo relator do processo.

“Anoto, ainda, que o recurso de apelação interposto pelos corréus não objetivam causas comuns entre estes e o Agravante, mas sim, pretendem a absolvição dos recorrentes ao argumento da ausência de elemento volitivo (dolo ou culpa) quanto a conduta por eles praticada e na necessidade de individualização da conduta no caso de eventual confirmação da sentença para que, assim, sejam aplicados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade quanto às sanções a eles impostas”, disse Jaime Ferreira.

O desembargador remeteu os autos para a Procuradoria-Geral de Justiça para que seja dado o parecer ministerial.

Após a cassação de José Gomes Rodrigues, quem assume o cargo é o vice-prefeito Ivanildo Santos dos Santos.

Justiça do Maranhão nega recurso e mantém perda do cargo de Zé Gomes

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jaime Ferreira de Araújo, negou recurso apresentado pela defesa do prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues, o Zé Gomes (PRB), contra decisão do juiz Raphael Leite Guedes, titular da 1ª Vara da Comarca do município, que determinou a perda do cargo e a suspensão dos direitos políticos do gestor, pelo período de oito anos.

Proferida nessa quarta-feira 21, a decisão mantém no comando da prefeitura o vice-prefeito do município, Ivanildo Santos dos Santos, o Grande (PDT). Na semana passada, ele foi empossado no cargo de prefeito pela Câmara de Vereadores de Buriticupu, por determinação da Justiça.

Zé Gomes foi condenado por prática de ato de improbidade administrativa. Como, segundo o magistrado da primeira instância, não apresentou defesa em tempo hábil, a sentença transitou em julgado. Ele, também, está proibido de operar qualquer movimentação nas contas da prefeitura de Buriticupu.

A perda do cargo se deu por, segundo o Ministério Público, irregularidades em licitações para contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para diversas secretarias da gestão municipal.

A empresa F. Z. Construções e Serviços Eireli-ME, e seu proprietário Francisco Zerbini Dourado Gomes, envolvidos no esquema, também foram condenados no mesmo processo.

Juízes e promotores protestam em São Luís contra lei de abuso de autoridade

Na manhã desta sexta-feira (23) membros do poder judiciário, delegados, e integrantes das instituições de segurança pública promoveram uma manifestação em frente à sede das Promotorias de Justiça contra a Lei de Abuso de Autoridade, aprovada pelo Congresso Nacional.

Os manifestantes pedem o veto da lei, por achar que ela trás decisões vagas, que atrapalham o exercício da justiça. "A gente precisa trabalhar com segurança. Os termos legislativos que foram criados nesse projeto de lei são termos extremamente vastos", disse o Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16° região, Carlos Eduardo Evangelista, ao criticar artigo do projeto.

Para entrar em vigor a lei precisa ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, que já declarou que pode haver alterações em seu texto original.

Para o procurador geral de justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a lei de Abuso de Autoridade tem o objetivo de punir bons trabalhos feitos pelo Ministério Público, e demais entes da justiça. "Este projeto é inconstitucional e sobretudo antidemocrático. Ele foi aprovado na calada da noite, sem uma discussão maior com a sociedade. Ninguém está acima da lei, quem cometer abuso, pague pelo abuso, mas não podemos, uma lei que vem com o fim único de intimidar as instituições que fazem investigações sérias, complexas, como no combate da corrupção e dos crimes organizados", afirmou.

The post Juízes e promotores protestam em São Luís contra lei de abuso de autoridade appeared first on Blog do Clodoaldo.

Cautelar do TCE garante validade de concurso público em Paço do Lumiar

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) concedeu medida cautelar proibindo a administração de Paço do Lumiar de convocar terceirizados para exercer cargos ou funções compatíveis com aquelas disponibilizadas no concurso público realizado pelo Município, até o julgamento do mérito.

O TCE atendeu representação formulada pelo Ministério Público de Contas (MPC). A proposta de decisão do relator, conselheiro Edmar Cutrim, foi acompanhada por unanimidade pelos integrantes do Pleno na sessão desta quarta-feira (21).

A principal alegação do MPC diz respeito à ausência de homologação do resultado final do concurso regido pelo edital nº 001/2018, resultando em contratação irregular de servidor público em desobediência ao princípio constitucional de contratação somente via concurso público.

A prefeitura do município editou o Decreto nº 3.344, que dispõe sobre a anulação do certame, mesmo depois da concessão de medida judicial pelo Tribunal de Justiça do Estado em grau de recurso de Agravo de Instrumento determinando a nomeação de candidata aprovada, validando, portanto, o concurso.

A administração do município tem o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar a respeito da representação, assim como o Procurador-Geral e Secretário de Administração do Município.

Desembargador mantém cassação de prefeito de Buriticupu

O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jaime Ferreira de Araújo, indeferiu a liminar e manteve a cassação do prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues.

O gestor tinha sido afastado por determinação do juiz da 1ª Vara da Comarca de Buriticupu, Raphael Leite Guedes, que o condenou por fraudes em licitações de empresas para prestação de serviços de locação de veículos.

Para tentar voltar ao cargo, Rodrigues protocolou um pedido de tutela de provisória no TJMA, mas que foi indeferida pelo relator do processo.

"Anoto, ainda, que o recurso de apelação interposto pelos corréus não objetivam causas comuns entre estes e o Agravante, mas sim, pretendem a absolvição dos recorrentes ao argumento da ausência de elemento volitivo (dolo ou culpa) quanto a conduta por eles praticada e na necessidade de individualização da conduta no caso de eventual confirmação da sentença para que, assim, sejam aplicados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade quanto às sanções a eles impostas", disse Jaime Ferreira.

O desembargador remeteu os autos para a Procuradoria-Geral de Justiça para que seja dado o parecer ministerial.

Após a cassação de José Gomes Rodrigues, quem assume o cargo é o vice-prefeito Ivanildo Santos dos Santos.

Acessa a íntegra da decisão [aqui](#)

Tribunal de Justiça do Maranhão mantém cassação do prefeito de Buriticupu José Gomes Rodrigues

Na tarde desta quarta-feira (21), o Tribunal de justiça do Estado do Maranhão (TJMA), julgou recurso impetrado pela defesa do então prefeito de Buriticupu, José Gomes Rodrigues, condenado a perda do mandato por improbidade administrativa.

Na decisão, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo (relator), manteve a decisão do juiz de primeiro grau, Raphael Leite Guedes (Titular da 1ª Vara da Comarca de Buriticupu).

Juízes Promotores e membros de instituições de segurança fazem manifestação contra Lei de Abuso de Autoridade, em São Luís

Membros do poder judiciário, delegados, e integrantes das instituições de segurança pública do Maranhão promoveram na manhã desta sexta-feira (23) uma manifestação contra a Lei de Abuso de Autoridade, aprovada pelo Congresso Nacional.

O ato aconteceu em frente à sede das Promotorias de Justiça do Estado, no bairro Calhau, aqui em São Luís.

Os manifestantes pedem o veto da Lei, por achar que o texto faz menções vaga e subjetivas, que atrapalhariam o exercício da operadores da Justiça.

"A gente precisa trabalhar com segurança. Os termos legislativos que foram criados nesse projeto de lei são termos extremamente vastos", disse o Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª região, Carlos Eduardo Evangelista, ao criticar artigo do projeto que condena o juiz do trabalho ao fazer bloqueio "exacerbadamente maior que o devido", sem especificar o que se considera "exarcebado".

Para entrar em vigor, a Lei precisa ser sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, que já declarou que pode haver alterações em seu texto original.

Para o procurador geral de justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, a Lei de Abuso de Autoridade tem o objetivo de punir os bons trabalhos feitos pelo Ministério Público e demais entes da Justiça.

"Este projeto é inconstitucional e, sobretudo, antidemocrático. Ele foi aprovado na calada da noite, sem uma discussão maior com a sociedade. Ninguém está acima da lei, quem cometer abuso, pague pelo abuso, mas não podemos, [ter] uma lei que vem com o fim único de intimidar as instituições que fazem investigações sérias, complexas, como no combate da corrupção e dos crimes organizados". afirmou

O delegado Geral Adjunto do Maranhão, Márcio Henrique Araújo, falou que existem meios internos de controle e punição da polícia e órgãos de segurança, fazendo desnecessário a sanção dessa lei.

"O que nós estamos protestando [é para que] que seja vetado. É um projeto de lei que traz condutas vagas, indeterminadas, que bate de frente com todo o anseio popular de combate à corrupção". Comentou

Outros pontos do projeto de lei, como a proibição do uso de algemas, foram também destacados pelos manifestantes, que o consideram algo desnecessário e que fragiliza o combate a criminalidade.

Eles lembraram o recente caso do delegado Valdemar Barros, que por pouco não perdeu a vida após ser baleado dentro da delegacia de Caxias, região dos Cocais, por um suspeito que estava prestando depoimento. Os membros do poder judiciário e aparelhos de segurança do Maranhão e do país esperam que a Lei seja vetada, total ou parcialmente, garantindo a eficiência de seus trabalhos, beneficiando o cidadão, segundo eles

Imbróglio em Paço do Lumiar

por Jorge Aragão
23 ago 2019

Há muitas gestões que a cidade de Paço do Lumiar vem enfrentando problemas com seus gestores. Ações e operações vêm marcando as administrações na cidade nos últimos anos.

Antes do prefeito Domingos Dutra (PCdoB), a Prefeitura sempre representou uma “mina” para os órgãos de fiscalização. Com a chegada do comunista, a promessa era de uma nova era. Mas tudo ficou no campo da teoria mesmo.

Na prática, nomeação da esposa para comandar cargos chaves na gestão, prédios pintados nas cores preferidas do prefeito e da primeira-dama, licitações alvo de inúmeras ações do Ministério Público por suspeita de fraudes e um concurso público que vem se arrastando e sendo alvo de decisões judiciais.

E o certame vem sendo uma novela. Entre idas e vindas com direito a anulação, a Justiça já mandou a Prefeitura de Paço homologar o concurso. Se não ocorrer, a gestão vai pagar multa diária de R\$ 1 mil. E a sanção já teve início, até.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), por unanimidade, já disse que o município não pode contratar funcionários para ocupar cargos que foram disponibilizados no edital do concurso.

A atual prefeita da cidade, Paula da Pindoba, que assumiu o mandato há pouco mais de duas semanas devido a problemas de saúde do titular, tenta apagar este e outros “incêndios” na administração municipal. Ainda não conseguiu avançar em quase nada.

O momento, segundo assessores, é tentar reorganizar a casa.

Complicado também - Enquanto “explodem” problemas na gestão de Paço do Lumiar, na questão pessoal do prefeito Domingos Dutra o cenário não é diferente.

TJMA afirma que projeto que trata de crimes de abuso de autoridade é uma tentativa de intimidar o Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) divulgou nota oficial, assinada pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, repudiando o Projeto de Lei nº 7.596/2017, que trata de crimes de abuso de autoridade.

De acordo com o TJMA, o projeto traz prejuízos irremediáveis à atuação do Poder Judiciário e é uma tentativa de intimidar os agentes públicos que hoje encontram-se atuando em plena consonância com os anseios da sociedade.

“O projeto – que foi aprovado de forma açodada na Câmara Federal, sem um debate mínimo, após passar mais de dois anos paralisado – tem várias distorções e enfraquece as autoridades dedicadas ao combate à corrupção com aproximadamente 30 condutas tipificadas como crime de abuso de autoridade, abrindo a possibilidade de criminalização de funções essenciais da magistratura”, afirma o presidente do TJMA.

Para o Tribunal de Justiça, a amplitude do texto do Projeto de Lei – que segue agora para sanção presidencial – coloca em cheque a independência do Judiciário.

“Os vários tipos penais abertos, subjetivos, de difícil compreensão, criam insegurança jurídica, merecendo, por isso, o repúdio da sociedade e o veto presidencial, por converte-se num mecanismo de intimidação dos agentes públicos, em especial do Poder Judiciário”, pontua o Judiciário maranhense no documento.

Membros do MPMA participam de ato público contra o PL de Abuso de Autoridade

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou na manhã desta sexta-feira, 23, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, de um ato público em protesto contra a aprovação do projeto de lei de Abuso de Autoridade (PL nº 7.596/2017), organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Maranhão (Frentas/MA).

A manifestação reuniu membros do MPMA, do Poder Judiciário, das Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal do Maranhão e de entidades comunitárias.

Portando faixas e cartazes, os manifestantes defenderam o veto pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, do projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 14 de agosto.

O presidente da Associação do Ministério Público no Maranhão (Ampem), Tarcísio de Sousa Bonfim, declarou que o objetivo do ato foi chamar a sociedade a refletir sobre os prejuízos para a atuação das instituições que combatem a criminalidade. "Nenhuma destas instituições é a favor de qualquer tipo de abuso, ao contrário. O trabalho do Ministério Público visa é combater tais posturas. Mas da maneira como foi trabalhado, o PL 7.596 pode ocasionar insegurança jurídica e a punição dos agentes do Estado responsáveis por combater a corrupção, a criminalidade e a violência", destacou.

Para Luiz Gonzaga Martins Coelho, que também defendeu o veto ao PL, o projeto representa grandes riscos para o livre exercício do Ministério Público, Judiciário, polícias e órgãos de controle. "O projeto traz tipos penais extremamente vagos, imprecisos e subjetivos, que podem abrir margem para investigações temerárias contra esses agentes políticos. Por isso, queremos conclamar a sociedade para esta reflexão".

O procurador-geral de justiça acrescentou que é a favor do controle das instituições. "O Ministério Público e os demais integrantes do sistema de justiça não estão acima da lei. Mas não podemos admitir uma proposta que quer intimidar as instituições e enfraquecer o combate à corrupção e à impunidade no país", ponderou.

Autoridades

Entre os membros da administração superior do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes no ato público os procuradores de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (corregedor-geral do MPMA), Mariléa Campos dos Santos Costa (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos), Carlos Avelar Silva (que representou o Colégio de Procuradores). A procuradora de justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho também participou do ato. O diretor das Promotorias de Justiça da Capital, Paulo Avelar, representou os promotores de justiça do MPMA.

Também se manifestaram para protestar contra o PL nº 7.596/2017 o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Alencar dos Santos; o secretário-adjunto de Segurança Pública, Saulo Everton; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão, Carlos Eduardo Evangelista; o presidente

do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão, Elton John Neves; o presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Maranhão, Inspetor Wolff; e o representante do Sindicato dos Policiais Federais do Maranhão, José Ribamar Freire;

Em nome da sociedade civil, se manifestou a presidente da Federação das Uniões de Moradores do Estado do Maranhão, Aldecy Ribeiro.

Tribunal de Justiça mantém perda do cargo de Zé Gomes mantendo integralmente a decisão do Juiz de Buriticupu

Declarada a perda do cargo por sentença em processo de improbidade administrativa pelo juiz de direito Dr. Raphael Leite Guedes titular da 1ª Vara da comarca de Buriticupu, o agora ex-prefeito de Buriticupu José Gomes Rodrigues (PRB), recorreu de uma sentença transitada em julgado querendo quebrar o ordenamento jurídico, o que seria um absurdo.

Na tarde da última quarta-feira (21), o TJ-MA, Tribunal de Justiça do Maranhão manteve integralmente a decisão do juiz de primeiro grau ao analisar o pedido liminar no recurso protocolado pela defesa. Ainda cabe a análise final pela Câmara do TJMA.

“INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA RECURSAL, mantendo-se a decisão de origem até o julgamento de mérito do presente recurso de José Gomes Rodrigues. Despachou Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO”, Relator do caso no TJ-MA.

“Notifique-se o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Buriticupu/MA para tomar ciência desta decisão, ficando desobrigado de prestar informações a não ser que tenha sido modificada a decisão agravada ou acontecido qualquer fato novo que mereça ser trazido ao conhecimento deste Relator”. Completou Dr. Jaime.

Jô Fernandes

TJMA promove Balcão de Renegociação de Dívidas

O evento acontecerá de 26 a 30 de agosto no Shopping Rio Anil; iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão visa possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com instituições credoras

23/08/2019

TJMA promove Balcão de Renegociação de Dívidas

SÃO LUÍS - O Tribunal de Justiça do Maranhão promove a VII edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís, no período de 26 a 30 de agosto, no Shopping Rio Anil. A abertura acontecerá na segunda-feira, 26, às 10h30, no subsolo.

A iniciativa, idealizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA (Nupemec), visa possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com instituições credoras (bancos, empresas, órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino particular, entre outras).

O presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, explica que a ideia é estimular o diálogo entre os cidadãos e as instituições, o acordo na negociação de dívidas e a solução de conflitos por meio da conciliação, com vistas à pacificação social.

“A Justiça maranhense mantém o compromisso assumido com a sociedade de priorizar os investimentos nos projetos e meios consensuais de solução de conflitos, com vistas a contribuirmos para instaurar a paz social”, pontuou o desembargador.

O Balcão integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação.

Anseios

O coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, ressalta que o projeto responde aos anseios da própria sociedade, que tem buscado respostas mais rápidas e efetivas aos conflitos, por meio da conciliação.

“O Balcão é uma oportunidade diferenciada em que empresas e instituições se reúnem para facilitar a negociação de dívidas junto aos cidadãos, por meio de melhores ofertas de pagamento. Sentar, conversar e negociar é um ganho social imensurável para todos os envolvidos”, frisou o magistrado.

DADOS - De acordo com dados oficiais divulgados pelo Nupemec, as dez edições anteriores do Balcão - realizadas em São Luís (6) e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon - já registraram a marca de 25 mil atendimentos, 47 milhões (débitos originais) que resultaram em R\$ 29 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 37,5%.

Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

Parceiros

Para esta edição, confirmaram presença as seguintes empresas e instituições: Banco Bradesco, Cemar, Caema, Caixa Econômica, Oi, Lojas Gabryella, Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Facam e Ceape.

Documentos

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

Plataforma

O consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações, propor acordos ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão. Para isso, bastará o interessado fazer seu cadastro - com apoio de equipe da Conciliação - na plataforma eletrônica "consumidor.gov.br" - serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela internet, disponibilizado pelo Ministério da Justiça.

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução nº 125/2010 que, através da Emenda nº 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).

Mais

Para mais informações, entrar em contato com o Telejudiciário - 0800 707 1581/ (98) 3194.5555; (98) 3198.4558 (Coordenação do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA).

Imbróglio em Paço

23/08/2019

Há muitas gestões que a cidade de Paço do Lumiar vem enfrentando problemas com seus gestores. Ações e operações vêm marcando as administrações na cidade nos últimos anos. Antes do prefeito Domingos Dutra (PCdoB), a Prefeitura sempre representou uma “mina” para os órgãos de fiscalização.

Com a chegada do comunista, a promessa era de uma nova era. Mas tudo ficou no campo da teoria mesmo. Na prática, nomeação da esposa para comandar cargos chaves na gestão, prédios pintados nas cores preferidas do prefeito e da primeira-dama, licitações alvo de inúmeras ações do Ministério Público por suspeita de fraudes e um concurso público que vem se arrastando e sendo alvo de decisões judiciais.

E o certame vem sendo uma novela. Entre idas e vindas com direito a anulação, a Justiça já mandou a Prefeitura de Paço homologar o concurso. Se não ocorrer, a gestão vai pagar multa diária de R\$ 1 mil. E a sanção já teve início, até.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), por unanimidade, já disse que o município não pode contratar funcionários para ocupar cargos que foram disponibilizados no edital do concurso.

A atual prefeita da cidade, Paula da Pindoba, que assumiu o mandato há pouco mais de duas semanas devido a problemas de saúde do titular, tenta apagar este e outros “incêndios” na administração municipal.

Ainda não conseguiu avançar em quase nada. O momento, segundo assessores, é tentar reorganizar a casa.

Complicado também

Enquanto “explodem” problemas na gestão de Paço do Lumiar, na questão pessoal do prefeito Domingos Dutra o cenário não é diferente.

Os filhos do comunista ainda reclamam da postura da primeira-dama, Núbia Dutra, que não permite que eles tenham acesso ao pai.

Nathália Dutra publicou em suas redes sociais que Núbia não vem cumprindo a decisão judicial de permitir a visita dos filhos usando regras do hospital em que Dutra está internado após sofrer um AVC.

Ato público é realizado contra projeto de lei do abuso de autoridade

vídeo em <https://youtu.be/lWplFJ5nCRQ>

Comarca de Caxias tem novo juiz

A solenidade de posse ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse, nesta sexta-feira (23), em seu gabinete, ao juiz Edmilson da Costa Lima (titular da comarca de Brejo).

O magistrado foi removido pelo critério de merecimento para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, ambas de entrância intermediária. Após assinar o Termo de Compromisso e Posse, lido pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, o desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou o magistrado, ressaltando sempre o melhor atendimento ao jurisdicionado.

Participaram da cerimônia de posse os juízes auxiliares da Presidência do TJMA Cristiano Simas e André Bogéa.

CARREIRA - Edmilson da Costa Lima ingressou na magistratura em 2006, como juiz substituto. Foi titularizado em 2008 na comarca de São Domingos do Azeitão.

No mesmo ano foi removido para a de Matões. Em 2010 foi promovido para a de Balsas. Em 2013 fez permuta para a comarca de Tuntum e em 2017 foi removido para a comarca de Brejo onde até então vinha atuando.

“Com certeza teremos muita demanda processual e esperamos prestar um bom serviço para a sociedade, mantendo um padrão, tentando sempre melhorar e diminuir a morosidade judiciária”, conclui Edmilson. A remoção, pelo critério de merecimento, na entrância intermediária, foi aprovada na Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de agosto do corrente ano.

Justiça intensifica julgamentos envolvendo casos de violência contra mulher

Seguem até sexta-feira (23) em todo o Maranhão as atividades da 14ª Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa, com a realização de audiências de julgamento de ações relativas à violência contra a mulher e sessões de júri popular de casos de homicídios. O evento é organizado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), presidida pela desembargadora Ângela Salazar.

Em São Luís, a 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher agendou 240 audiências para a semana. Já a 2ª e a 3ª Varas do Tribunal do Júri marcaram três sessões de julgamento, tendo duas mulheres vítimas de homicídios praticados pelos maridos e uma em que o acusado era o ex-companheiro.

A juíza titular da 1ª Vara da Mulher, Rosária de Fátima Almeida Duarte, informa que o objetivo do esforço concentrado durante a Semana da Justiça pela Paz em Casa é dar maior celeridade aos processos na unidade judiciária, onde atualmente tramitam 4.858 ações penais de violência contra a mulher. As audiências estão ocorrendo simultaneamente em seis salas, no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Conta com uma equipe formada por oito juízes, oito promotores de justiça e oito defensores públicos, além de advogados e de servidores do Judiciário.

Este ano, a 1ª Vara da Mulher já recebeu 786 novos processos. Também já foram julgadas 422 ações e designadas 1.056 audiências de janeiro até o dia 16 de agosto.

?Força Sindical destaca pautas do movimento sindical para interlocução com o Governo do Maranhão

O Sindjus-MA destaca nesta sexta-feira (23) o posicionamento da Força Sindical que é uma das entidades que integram a Mesa Permanente de Negociação com o Governo do Maranhão. A formação da mesa foi discutida durante reunião das centrais com o governador Flávio Dino e tem o objetivo de tratar das pautas de interesse dos trabalhadores.

A Força Sindical é a quinta central a contribuir, por meio de seu presidente, no Maranhão, Frazão Oliveira, sobre a constituição desse importante canal de discussão com o executivo estadual.

Toda sexta-feira, o Sindjus-MA exhibe em vídeo a visão de cada uma das centrais sindicais (NCST, CUT, CTB, CSP CONLUTAS, CSB, UGT e Força Sindical) que constituem a Mesa de Negociação com o Governo do Estado.

Sobre a Força Sindical

A Força Sindical surgiu no Dia Internacional da Mulher de 1991 durante um grande Congresso realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo. O ideal que emanou do I Congresso da Força Sindical - a nova bandeira que surgia - era o de lançar o movimento dos trabalhadores brasileiros à modernidade, para construir uma central forte, capaz de endurecer quando preciso mas também de saber negociar, autônoma, livre, pluralista, aberta ao debate interno e com a sociedade.

Das grandes lutas por conquistas reais para os trabalhadores, se concretizaram grandes projetos, como o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, a Qualificação Profissional ampla e intensiva, o 1º de Maio de 98 e 99, que marcaram para sempre a história do sindicalismo no Brasil, a luta pela aposentadoria, pelas grandes reformas - previdenciária, agrária, do judiciário, política, fiscal e sindical, e pela flexibilização das leis trabalhistas - dando-se status à negociação livre entre empregadores e empregados com o apoio dos sindicatos e das centrais.

Confira o vídeo com o presidente da Força Sindical, Frazão Oliveira: <https://youtu.be/kN3jSQkrHtQ>

Sindjus-MA orienta oficiais e comissários de justiça a informarem quantitativo de diligências cumpridas até dia 30

Diante da aprovação na última na Sessão Administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), quarta-feira (21), da Resolução 52/2019 que passou a regulamentar a ajuda de custo para o cumprimento de diligências por oficiais de justiça e por comissário da infância e juventude, a Diretoria do Sindjus-MA orienta esses servidores a, no próximo dia 30, informarem o quantitativo de diligências cumpridas, por meio de relatório da mesma forma como vinham procedendo nos meses anteriores.

A nova Resolução 52/2019, não trata do envio de relatórios por oficiais de justiça e comissários, tendo em vista que, no seu artigo 2º, instituiu o valor fixo de R\$ 2.300 a ser pago de forma antecipada. Contudo, por precaução, o Sindicato orienta os servidores a enviarem as informações sobre o quantitativo de diligências cumpridas, enquanto a questão não for totalmente esclarecida.

O Sindicato informa ainda que requereu à Administração do TJMA orientação sobre a necessidade ou não do envio dessas informações, mas ainda não obteve resposta. O Sindjus-MA também solicitou ao escritório Cezar Britto e Advogados Associados a confecção de uma nota técnica sobre a nova resolução.

Por fim, qualquer dúvida sobre esta orientação pode ser sanada diretamente com o secretário-geral do Sindjus-MA, Márcio Luís Andrade, no telefone 98 99163 8377.

TJMA promove edição do Balcão de Renegociação de Dívidas

O Tribunal de Justiça do Maranhão promove a VII edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís, no período de 26 a 30 de agosto, no Shopping Rio Anil. A abertura acontecerá nesta segunda-feira (26), às 10h30, no subsolo.

A iniciativa, idealizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA (Nupemec), visa possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com instituições credoras (bancos, empresas, órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino particular, entre outras).

O presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, explica que a ideia é estimular o diálogo entre os cidadãos e as instituições, o acordo na negociação de dívidas e a solução de conflitos por meio da conciliação, com vistas à pacificação social.

“A Justiça maranhense mantém o compromisso assumido com a sociedade de priorizar os investimentos nos projetos e meios consensuais de solução de conflitos, com vistas a contribuirmos para instaurar a paz social”, pontuou o desembargador.

O Balcão integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação.

O coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, ressalta que o projeto responde aos anseios da própria sociedade, que tem buscado respostas mais rápidas e efetivas aos conflitos, por meio da conciliação.

“O Balcão é uma oportunidade diferenciada em que empresas e instituições se reúnem para facilitar a negociação de dívidas junto aos cidadãos, por meio de melhores ofertas de pagamento. Sentar, conversar e negociar é um ganho social imensurável para todos os envolvidos”, frisou o magistrado.

DADOS – De acordo com dados oficiais divulgados pelo Numepec, as dez edições anteriores do Balcão – realizadas em São Luís (6) e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon – já registraram a marca de 25 mil atendimentos, 47 milhões (débitos originais) que resultaram em R\$ 29 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 37,5%.

SERVIÇOS – Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

PARCEIROS - Para esta edição, confirmaram presença as seguintes empresas e instituições: Banco Bradesco, Cemar, Caema, Caixa Econômica, Oi, Lojas Gabryella, Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Facam e Ceape.

DOCUMENTOS - Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

PLATAFORMA - O consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações, propor acordos ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão. Para isso, bastará o interessado fazer seu cadastro - com apoio de equipe da Conciliação - na plataforma eletrônica "consumidor.gov.br" - serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela internet, disponibilizado pelo Ministério da Justiça.

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução nº 125/2010 que, através da Emenda nº 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).